

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica
ODS: 10 - Redução das desigualdades

O SUJEITO SURDO E A FAMÍLIA¹

THE DEAF SUBJECT AND THE FAMILY

Débora Mapeli², Carolina Baldissera Gross³

¹ Estudo realizado durante o estágio em Psicologia e Processos Sociais I e II, durante o ano de 2019, no curso de Psicologia da Unijuí.

² Acadêmica do curso de Psicologia da UNIJUÍ

³ Professora do curso de Psicologia da UNIJUÍ

INTRODUÇÃO

A criança ouvinte desde seu nascimento é exposta à língua oral, possibilitando adquirir uma língua natural, que permite vivenciar situações, realizar trocas comunicativas e construir sua linguagem. Para a criança surda, filha de pais ouvintes é necessário ser dada esta mesma oportunidade através da língua de sinais e da interação com outras pessoas que são fluentes em LIBRAS, pois esse processo não ocorre de maneira natural e precisa ser trabalhado dentro da família.

METODOLOGIA

Para entendermos a importância de um projeto dentro da área da psicologia destinado às famílias de pessoas portadoras de deficiência auditiva, é necessário compreender o papel que essa representa dentro de uma perspectiva de fenômeno biopsicossocial. As representações sociais e as construções culturais que a sociedade faz acerca das deficiências influenciam nas reações das pessoas frente às mesmas e aos sujeitos portadores. Assim, uma atenção junto a família se justifica não apenas por ela ser parte de um fator determinante para o desenvolvimento do sujeito surdo, mas por sofrer junto, de diferentes maneiras, as consequências da deficiência.

De acordo com Goldfeld (2002), durante a história, a sociedade ressaltava apenas aspectos negativos do surdo. Na antiguidade eram percebidos ou com piedade e compaixão ou até mesmo como criaturas castigadas pelos deuses e por isso eram abandonados e sacrificados. Até o século XV viviam à margem da sociedade, sem nenhum direito garantido e com a crença de que não poderiam ser educados devido suas condições. Depois do século XVI, surgiram as primeiras tentativas de educação de surdos, a partir daí a concepção social sobre o sujeito surdo passou por uma série de mudanças. Houve avanços na área médica e modificações na área educacional, principalmente no que dizia respeito à forma de comunicação e ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente o olhar sobre o surdo está muito mais ampliado, os direitos são assegurados por lei, políticas públicas tem trabalhado a favor da redução da exclusão social e melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Contudo, ainda se tem resquícios de pensamentos ultrapassados, aonde se tem a predominância do quadro orgânico da doença em detrimento da concepção de sujeito dotado de desejo, capaz de realizar escolhas e arcar com suas consequências, de estar inserido em um contexto sócio histórico e ser capaz de agir e promover mudanças na cultura.

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 10 - Redução das desigualdades

Ao tratarmos da questão orgânica da surdez, os efeitos podem ser diferentes em cada caso e isso depende de como o diagnóstico vai ser enfrentado pelos responsáveis. Em um artigo publicado na Revista Distúrbios da Comunicação em 2014, escrito por Sandra Pavone e Laura Vilhena Abrão, intitulado “Quando um déficit ou doença orgânica bate à porta do imaginário parental: os efeitos na constituição subjetiva da criança”, propõe-se uma discussão sobre as incidências de patologias orgânicas na constituições do sujeito, com base nos efeitos dos quadros orgânicos sobre as funções materna e paterna, pelo viés psicanalítico. Através da escuta dos pais de três crianças com algum tipo patologia orgânica procuraram investigar qual teria sido o efeito do diagnóstico da doença nos pais e qual o lugar que esse filho ocupava no imaginário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação mostra a dificuldade e os enlaces psicológicos que ocorrem na família frente ao diagnóstico de uma patologia. Segundo as palavras das autoras:

No momento em que os pais tomam conhecimento do diagnóstico de quadro orgânico, fica a questão do quanto será possível a eles uma reorganização desse imaginário e simbólico sobre a criança. Quando o déficit ou doença orgânica bate à porta do imaginário parental, ou seja, quando aquele filho gerado apresenta uma condição orgânica que confronta os pais com a noção de um filho deficiente (portador de uma síndrome, lábio leporino, problema físico, entre outros), o diagnóstico de quadro orgânico pode desmontar o imaginário que sustentava as hipóteses sobre o filho esperado/ imaginado. A criança concreta não coincide mais com aquela esperada pelos pais já que, pelas dificuldades que apresenta, não pode responder aonde é esperada. A importância da patologia adquire tamanha extensão que a criança, ela mesma, fica reduzida a seu organismo. (Pavone e Abrão, 2014, pg 375-376)

Dessa forma, a comprovação de uma deficiência provoca uma situação de crise na família, os pais se encontram em uma situação diferente daquela que haviam imaginado e acabam entrando em conflito com suas próprias expectativas e tendo que traçar novas perspectivas. Salvador Minuchin (1998) ao estudar o papel do terapeuta nos atendimentos com a família, a considera como um sistema em constante transformação e que se adapta às diferentes exigências das diversas fases de seu desenvolvimento. Para o autor, a família é vista como um todo coeso, inseparável e interdependente, no qual todas as suas partes estão relacionadas. Portanto, as mudanças que surgem em um dos membros afeta todos os outros.

Depois do processo de elaboração do diagnóstico, a família passa a enfrentar os desafios da comunicação com os filhos. Na maioria dos casos os pais de filhos surdos são ouvintes e não possuem conhecimento da LIBRAS, e também da cultura surda. Goldfeld (2002), afirma que as crianças surdas filhas de pais ouvintes criam em conjunto com a sua família alguns signos e os utilizam para a organização de seu pensamento. Essa linguagem rudimentar que toda criança desenvolve pelas interações sociais, não é somente para estabelecer uma comunicação, mas para simbolizar e conceitualizar, buscando uma organização de pensamento.

Ainda para Goldfeld (2002), ao não ter acesso a uma língua estruturada, a qualidade das informações e assuntos abordados, acabam sendo muito inferiores aos dos indivíduos ouvintes. Os surdos, nestas

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 10 - Redução das desigualdades

condições, só conseguem expressar e compreender o que está sendo vivenciado no presente. Para falar sobre situações passadas, lugares diferentes e, principalmente, sobre assuntos abstratos é muito difícil. Para a autora, os surdos, que não têm acesso à língua alguma, estão privados de compartilhar as informações mais óbvias de uma comunidade e, sem um instrumento linguístico acessível. Assim, acabam enfrentando enormes dificuldades na constituição de sua própria consciência, ou seja, “[...] não se constituem com base nas características culturais de sua comunidade e com isso desenvolvem uma maneira de ser muito diferente dos indivíduos falantes”. (Goldfeld 2002, pg. 54)

Para podermos entender como acontece a comunicação dentro das famílias, é necessário pontuar categoricamente a diferença entre língua e linguagem. A língua na visão de Saussure (1991) citado por Goldfeld (2002), diz que a língua não se confunde com a linguagem, já que é um sistema autossuficiente e com regras abstratas. A linguagem por sua vez é tida como tudo que envolve significação, não se restringindo apenas a uma forma de comunicação. Dessa forma a língua é o aspecto social da linguagem, já que é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade linguística.

É de importância o esclarecimento dos responsáveis sobre o processo de linguagem, pois é através da LIBRAS que o sujeito surdo é capaz de conhecer o mundo e principalmente se conhecer. Porém, para que ela seja adquirida com naturalidade é preciso que os pais também se apropriem dela para que juntamente com o filho possam ir construindo significantes e explorando novas possibilidades, garantindo assim um espaço na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOLFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista/2.ed. Edição. São Paulo: Plexus, 2002.

MINUCHIN S. Famílias, funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas; 1988.

PAVONE, S; ABRÃO, L. V. Quando um déficit ou doença orgânica bate à porta do imaginário parental: os efeitos na constituição subjetiva da criança. In Revista Distúrbios da Comunicação, São Paulo, junho, 2014.

TAVARES M. Os efeitos do diagnóstico nos pais da criança surda: uma análise discursiva [dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2001.

Parecer CEUA: 23205.004977/2015-90

Parecer CEUA: CAAE: 84431118.2.0000.5350